

F E J A - FACULDADE DE EDUCAÇÃO JACOBINA

C G P I - COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E INTERCÂMBIO

"II CURSO DE EXTENSÃO"

CONFERENCISTA: ANTONIO FONTE FREITAS

TEMA: ENSINO SUPLETIVO

O ENIGMA DO SUPLETIVO *

Claudio de Moura Castro **
Miguel Naccarato ***
Elaine Mota Soriano ***
Margarida Gomes de Melo ***

1. Introdução;
2. A construção das provas e o número excessivo de re-provados;
3. O exame supletivo e a mitologia das provas de múltipla escolha;
4. O apelo de um secundário facilitado;
5. A surpresa dos resultados;
6. Para que serve um diploma do supletivo.

1. INTRODUÇÃO

A intenção de se oferecer um exame supletivo e o seu papel de uma segunda oportunidade no sistema educacional parecem haver sido por completo distorcidos na percepção da maioria dos seus candidatos. Curiosamente, entretanto, os resultados da prova parecem desapontar aqueles que aí esperam um processo de facilitação. De fato, o supletivo tende a aprovar justamente aqueles para quem havia sido concebido, isto é, pessoas que, embora sendo alunos promissores, tiveram que abandonar o sistema regular.

Indagamos a respeito dos fatores associados a resultados favoráveis nos exames. O que encontramos, à primeira vista, nos pareceu contraditório e absurdo. Contudo, uma reflexão sobre esses resultados revelaram uma lógica perfeitamente coerente. O candidato ao supletivo por definição é um indivíduo que volta à escola,

* A presente comunicação sumaria um livro em preparação que resulta de uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1975. Nesta pesquisa foram entrevistados cerca de dois mil candidatos nos exames supletivos, tendo sido as suas notas subsequentemente obtidas. O conteúdo das provas foi também analisado, bem como o desempenho subsequente destes alunos nos vestibulares.

** Coordenador técnico do Projeto de Educação (ECIEL) e professor pleno do IESAE.

*** Mestrandos da PUC.

isto é, em algum momento, ele abriu mão do sistema regular. As razões pelas quais isto se deu parecem discriminar as perspectivas de sucesso no exame, melhor do que qualquer outra variável. Cabe enfatizar que esta identificação é inferencial e não o resultado de uma pergunta direta a esse respeito que, de resto, nada nos indica.

2. A CONSTRUÇÃO DAS PROVAS E O NÚMERO EXCESSIVO DE REPROVADOS

Observamos que cerca de 70% dos candidatos não obtêm aprovação nos exames. No caso da matemática, a situação é ainda mais grave: 97% são reprovados. A que se deveria esse imenso descompasso entre competência esperada e competência observada?

À primeira vista, o primeiro suspeito é a prova. Seria possível pensar que a prova seja suficientemente má, de tal forma a produzir julgamentos equivocados. Um exame sistemático das provas revelou coisas interessantes. Parece ter havido grande empenho na sua compatibilização com os objetivos do programa e o currículo es-tabelecido. Igualmente, a formulação das perguntas é cuidada, ha-vendo pouquíssimos casos de ambigüidade ou erros.

Os testes de fidedignidade, entretanto, revelam que para os fins a que se destinam, elas não atingem os padrões usuais. Em outras palavras, não são suficientemente capazes de discriminar corretamente as diferenças de conhecimento entre dois candidatos de nível de conhecimento próximo.

Isto pode resultar de um erro imperdoável, pois pode ser facilmente sanado: 20 perguntas é muito pouco para se obter fidedignidade em uma prova, mesmo em condições ideais. Emerge aqui, portanto, uma conclusão clara. Deve ser aumentado (pelo menos dobrado) o número de perguntas.

Porém não é só isso. Nas matérias onde a fidedignidade é mais bai-xa, as médias observadas não são substancialmente diferentes da-quelas que seriam encontradas se todas as respostas fossem dadas aleatoriamente. Isto significa que, por exemplo, em matemática, os alunos têm um conhecimento tão distanciado do exigido que, sob o ponto de vista técnico da prova, é como se não soubessem nada. Nes-sas condições, nenhuma prova pode ser fidedigna.

O problema então deixa de ser uma limitação técnica da prova e pas-sa a refletir o hiato entre conhecimento e exigência. Devemos en-tender que o exame supletivo não é e não pode ser um exame para es-colher os melhores dentre os postulantes. Pelo contrário, essa prô-va visa conceder um diploma de equivalência àqueles que exibirem um certo montante de conhecimento especificado. Quem souber esse mínimo é aprovado, independentemente do que souberem ou não os outros, ou de quantos são os outros. Se, em determinadas matérias, os can-didatos não sabem o bastante, não há nada necessariamente errado com as provas, mas sim com os candidatos.

Exceto pela incompreensível limitação do número das perguntas a que se poderá atribuir uma certa margem de erro, não vemos razões para imputar às provas os problemas do supletivo.

3. O EXAME SUPLETIVO E A MITOLOGIA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

E' pertinente propor uma explicação para esse descompasso entre

resultados e expectativas. O vestibular é o grande catalisador de todas as atenções para os problemas educativos no Brasil. Os grupos sociais que a ele têm acesso são os mais vocais no país. Em uma idade crítica decide-se o futuro de mais de meio milhão de brasileiros, tornando-se os seus resultados um evento dramático. Tal como estão organizados, os vestibulares têm como função hierarquizar em termos decrescentes de conhecimento todos os candidatos que se apresentam. Se há n vagas, a lista de aprovados irá até o enésimo melhor candidato. Se este candidato obtém um escore que o coloca substancialmente acima daquele que seria obtido respondendo estritamente ao acaso, pode-se afirmar com segurança que a escolha produzida pelo vestibular é apropriada. Isto é, o enésimo e todos os que obtiveram notas superiores sabem mais do que os demais. Tal afirmativa pode ser verificada por técnicas de avaliação de medidas que se sabe serem inteiramente respeitáveis e confiáveis.

Contudo, a coisa muda de figura. Se o nível médio de conhecimento dos candidatos é muito baixo, ou se há mais vagas do que candidatos cujos escores na prova estejam substancialmente acima do nível equivalente ao acerto casual, se há vagas demais, muitos serão aprovados sem que hajam demonstrado qualquer conhecimento; a probabilidade de obter zero em prova de múltipla escolha é muito menor do que a de tirar a sorte grande na loteria. Comumente, embora haja mais candidatos do que vagas, os escores obtidos pelos candidatos mais fracos aproveitados é tão baixo que se aproxima daquele que corresponde ao acerto casual.

O que significa isto? Simplesmente que a ignorância pode ser inconsequente para a aprovação no vestibular e que, quando as médias se aproximam do nível de acerto casual, a sorte passa a contar.

Se dentre três candidatos, dois nada sabem, será certamente aprovado o que sabe, e os outros dois terão seu destino determinado pela sorte. Para esses, o vestibular se torna uma grande loteria. E se o bilhete é barato, por que não tentar?

Ninguém passa por sorte nas boas escolas de medicina ou de engenharia. Contudo, um exame superficial de distribuição de pontos em outras carreiras mostra que há muitos cujo destino se decide pela sorte e não pelo conhecimento.

Intuitivamente, ou por outros meios, os candidatos sabem disso. E jogam. A prova de múltipla escolha passa a se identificar com provas onde a sorte conta. Post hoc ergo propter hoc, se é de múltipla escolha basta a boa vontade da fortuna.

Se o supletivo usa múltipla escolha, então o supletivo depende de sorte. Como já mencionamos, isso é inverídico. No supletivo não se passa com sorte. Esse ponto, entretanto, não parece ter sido percebido pela mitologia corrente. Nossa hipótese é que o exame supletivo herda imerecidamente uma reputação que vem do mau uso dado às provas de múltipla escolha no vestibular. É sob esse prisma que faz mais sentido o perfil do candidato que observamos.

4. O APELO DE UM SECUNDÁRIO FACILITADO

O candidato ao supletivo é, tipicamente, alguém que não pôde ou não quis submeter-se aos sacrifícios do ensino regular. Quanto menor a idade maior o número de candidatos. De fato, a classe de idade mais freqüente é aquela que corresponde ao mínimo legal para fazer o exame (21 anos). Um quarto dos candidatos não chegaram a interromper o ensino regular. Não é, portanto, percebido como uma

nova oportunidade para uma volta à escola. Simplesmente, aqueles que vinham acumulando reprovações e se atrasando, viram no supletivo uma forma de recuperar o tempo perdido.

Tipicamente, os candidatos são do sexo masculino (75%) e trabalham (86%). Obviamente, o trabalho é um empecilho ao ensino regular. Não fica contudo claro se o indivíduo trabalha porque abandonou a escola após certo insucesso ou se abandonou a escola porque efetivamente tinha que trabalhar.

Por outro lado, sabemos que os candidatos têm empregos fixos, ganham em média três salários mínimos, vêm em boa parte de famílias de classe média baixa e têm padrões de conforto acima da média do Rio de Janeiro. Não esperam que o diploma do supletivo sirva para conseguir um emprego - principalmente porque já o têm. Sua meta é o vestibular. A grande maioria está em ocupações não-manuais, seja de rotina, seja de supervisão. Vemos então que, de modo geral, o supletivo não atende a uma clientela social ou economicamente carente.

Curiosamente, o seu nível de escolarização é muito variado, havendo candidatos até com primário incompleto.

O tempo que indicam dispendir estudando é um bom indicador da seriedade com que encaram o exame e sua dificuldade. Verificamos com grande surpresa que o total semanal de horas de estudo é inferior ao total diário de audiência a televisão! Esse indicador sozinho nos configura um imenso descomprometimento com respeito ao exame. Não há empenho, não há esforço. E' como se a sorte fosse o principal determinante. E' bem mais fácil fazer um exame curto, sem compromisso, com modestos gastos de tempo e dinheiro. Se a sorte ajudar, é um diploma de secundário imensamente facilitado.

5. A SURPRESA DOS RESULTADOS

Para entender os resultados torna-se necessário discutir certas questões metodológicas. Em uma ciência que apresente possibilidades de experimentos de laboratório, tipicamente o objeto de estudo é isolado de interferências externas e é submetido a algum tipo de intervenção. As modificações sofridas pelo objeto de estudo são então atribuídas ao processo de intervenção. Como cuidado importante, escolhem-se por processo de sorteio os indivíduos que vão participar do experimento.

Esse método raramente é factível nas ciências sociais. Somos obrigados a recorrer à observação de eventos já acontecidos, sem que seja possível controlar adequadamente a variação de outros fatores. Ademais, ocorre um outro efeito com o qual devemos nos ocupar seriamente neste trabalho. Os indivíduos com quem ocorrem as coisas que estamos discutindo podem ser diferentes dos outros em alguma dimensão relevante. E esta diferença prévia pode em si acarretar ou favorecer a ocorrência do fenômeno que estaríamos imputando a alguma outra causa. Isso é conhecido como auto-seleção.

Para dar um exemplo extremo, tomemos o caso dos alunos repetentes. Estes foram auto-selecionados por haverem sido reprovados. Se os fizermos cursar algum programa e compararmos os seus resultados com outros alunos, poderemos nos espantar ao verificar que sabem menos do que esses outros alunos que não estiveram nesse curso. Concluímos que nada aprenderam? Obviamente não. Os dois grupos não são necessariamente comparáveis. Por efeito do mecanismo que leva

à formação desse grupo (a reprovação prévia), os seus componentes são academicamente mais fracos. O efeito de um curso que façam não poderá ficar demonstrado pela comparação com outros grupos.

Em qualquer estudo sobre o efeito de fatores ligados ao ambiente familiar, aqueles alunos cuja família é economicamente bem situada têm elevados níveis de educação e interesses culturais. Tais alunos necessariamente obtêm melhores resultados na escola. Esse não é o caso no supletivo. Os resultados são aproximadamente equivalentes. Os alunos de nível socioeconômico mais alto, quando não conseguem sucesso na escola regular, são realmente fracos ou problemáticos. Cancelam-se, portanto, as vantagens usuais de uma situação familiar privilegiada, pelo fato de que somente chegam ao supletivo os piores deste grupo.

Caracteriza-se, portanto, uma situação onde o efeito positivo de um processo pode cancelar-se ou ser sobrepujado pelo efeito negativo que teria conduzido esses indivíduos a formar esse grupo.

Examinamos sistematicamente um grande número de variáveis que poderiam explicar os diferenciais de resultados observados. De modo geral, as variáveis de processo emergem como inexpressivas ou até com sinal oposto, indicando que, ao mesmo tempo, podem estar identificando um forte mecanismo de formação do grupo.

Veja-se, por exemplo, o tempo de frequência a cursinhos preparatórios. Quanto mais tempo, piores os resultados. Isto é, aqueles mais fracos tentam sem sucesso compensar suas deficiências com períodos prolongados de permanência em cursinhos. Os melhores preparam-se rapidamente.

Emergem com o maior poder explicativo aquelas variáveis que captam razões que levaram bons alunos a interromper seus estudos ou, com sinal negativo, aquelas que parecem indicar uma carreira escolar inexpressiva, fracassada ou falta de seriedade nos estudos.

O número de vezes que repetiu o ano enquanto estava no ensino regular emerge como uma variável sistematicamente importante. Quanto menos repetência durante a carreira acadêmica, melhores os resultados nos exames supletivos.

A idade é uma variável importante. Supõe-se que os mais velhos passaram pela escola em períodos quando a disponibilidade de vagas era menor ou quando culturalmente tais níveis de escolaridade não eram considerados necessários. De fato, os resultados são desfavoráveis para os mais jovens e também para as variáveis que se associam à idade (casado/solteiro, número de filhos, etc.).

Os alunos do interior que, supõe-se, dispõem de uma rede escolar mais deficiente obtêm melhores resultados. Fica sugerido que a interrupção se deu por causas não ligadas ao desempenho acadêmico ou a hábitos de estudo.

Uma das poucas variáveis que diretamente capta a qualidade do aluno é justamente o tempo que dedicava diariamente ao estudo. Alunos mais assíduos na preparação para o exame obtiveram melhores resultados. Vê-se então o exame premiando aqueles que o levaram a sério e discriminando aqueles que apenas na sorte pareciam confiar.

De todas as variáveis examinadas, emergiu como a mais importante a aceitação da autoridade do professor e de suas tentativas para disciplinar os alunos. Com classes regulares, a aceitação da legitimidade da ação disciplinadora da escola associa-se com o bom desempenho. No nosso caso, como vimos, prevalecem os mecanismos de filtro captados pelas variáveis. São justamente os alunos rebelados contra a disciplina da escola que se saíram melhor. Isto sugere que conflitos de disciplina e autoridade terão levado bons alunos a eventualmente abandonarem a escola. Ao lhes ser dada uma nova oportunidade, revelam-se como os melhores candidatos do grupo.

Como um todo, portanto, vemos o supletivo funcionando como uma nova oportunidade para aqueles alunos sérios, competentes e motivados que abandonaram a escola por motivos que nada têm a ver com o seu rendimento escolar enquanto cursavam a escolarização regular.

Já aqueles que viam no supletivo uma solução fácil, permitindo-lhes queimar etapas e poupar esforços, a sorte não os ajudou. Este resultado é corroborado por um exame das provas que sugere a quase impossibilidade de obter por um processo aleatório 50% de respostas corretas. O exame supletivo, portanto, à revelia das expectativas e da mitologia criada, cumpre o seu papel de oferecer independentemente de sua origem social um diploma de equivalência acadêmica de segundo grau àqueles alunos dedicados e competentes que se viram obrigados a abandonar a escola.

6. PARA QUE SERVE UM DIPLOMA DO SUPLETIVO

Os candidatos não esperam que o diploma venha conseguir-lhes um emprego ou estabilidade funcional, simplesmente porque já os têm. Seu grande objetivo é a universidade.

Examinando sua participação nos vestibulares do Cesgranrio, vemos que candidatava-se um número substancial de pessoas que fizeram o supletivo. Vemos que sua taxa de aprovação é um pouco inferior à daqueles que cursaram o ensino regular.

Na realidade, nas carreiras ditas humanísticas chegam a obter uma taxa de aprovação considerável. E' nas carreiras técnicas e mais ainda nas profissões médicas que permanece uma maior diferenciação.

De qualquer forma, há uma proporção importante de graduados, que, de fato, conseguem ingresso na universidade, indicando que os padrões exigidos nos exames não estão inteiramente divorciados daqueles observados no ensino regular.

o-o-o

F E J A - FACULDADE DE EDUCAÇÃO JACOBINA

C G P I - COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E INTERCÂMBIO

"II CURSO DE EXTENSÃO"

TEMA: O HOMEM E O MEIO

CONFERENCISTA: GILBERTO FREYRE

POSICIONAMENTO JACOBINA: Professor Sergio Guerra Duarte

Entendemos que, de uma certa perspectiva, há dois modos de se abordar a questão ecológica: uma delas é essencialmente romântica e, por certo, seria subscrita por Rousseau, pelos hippies e por alguns sócios mais fanáticos do Camping Club do Brasil. É a posição - a nosso ver ingênua - que encara a natureza como intrinsecamente boa e a sociedade como intrinsecamente má. A outra abordagem é científica, ou, digamos mais modestamente, realista. Ela não abomina o aproveitamento dos recursos naturais e a superposição do mundo da cultura ao mundo da natureza, pois isso é, afinal, o que nos singulariza entre os seres vivos. Entretanto, tal aproveitamento, segundo a mesma posição, não deve transmudar-se, como vem ocorrendo, na mais irresponsável obra de dilapidação, que acabará afetando as gerações vindouras, já que rompe equilíbrios pré-estabelecidos e causa problemas de difícil e onerosa solução.

A esse respeito, achamos que no Brasil de hoje nunca se tornou tão necessária e imperativa a reiteração obstinada de que o homem e o meio físico e social devem manter um ajustamento que, sem embargo de ser como a própria vida, forçosamente dinâmico e mutante, não deixe de ser também harmônico e convergente. Testemunhamos, presentemente, uma acelerada deterioração dos vínculos entre o homem e o meio. Das advertências primeiras de cronistas estrangeiros do século passado, como Saint-Hilaire, até Euclides da Cunha, já no início deste, profligando os fazedores de desertos; dos trabalhos pioneiros de Gilberto Freyre, por uma ecologia genuinamente brasileira e ajustada às nossas matrizes culturais; das colaborações preciosas enfeixadas na revista Educação e Região; dos estudos e pesquisas que há três décadas vêm sendo promovidas, desde a sua fundação, pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, até iniciativas mais recentes, que culminaram com a criação de órgãos estatais voltados para a preservação do meio-ambiente, como a SEEMA, há um vasto e penoso caminho per-

corrido. Mas há também uma dramática corrida contra o relógio.

E estamos perdendo essa corrida.

A nosso ver, isso ocorre porque o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, do modo como vem sendo feito, é eminentemente predatório. E predatório não somente quanto à natureza, mas também - e sobretudo - quanto à própria vida associativa. Esse é, segundo nos parece, um ponto capital para compreendermos o problema da degradação do meio e seus efeitos sobre a sociedade e a cultura. Não que essa característica surgisse recentemente, pois ela marca toda a nossa evolução histórica. Mas é indiscutível a sua aceleração nos dias que correm.

Florestas milenares em poucas horas são destruídas brutalmente a pretexto de se aumentar o Produto Nacional Bruto, enquanto se multiplicam nos centros urbanos as florestas de pedra. Os solos se exaurem irreversivelmente, os recursos naturais se esgotam, a água e o ar são presas da poluição, secam os rios de margens desmatadas ou se avolumam subitamente por lhes faltar o revestimento vegetal que minimize o efeito das cheias. A flora e a fauna se restringem ou são dizimadas.

O lazer assume as formas passivas e massiças do mero espectadorismo. Os nossos hábitos de nutrição, rica herança de séculos precedentes, e que no célebre Manifesto Regionalista já eram motivo de preocupações pela substituição que então sofriam por outros menos salutar e menos brasileiros, se transfiguraram, nos dias de hoje, em práticas nocivas ao nosso bem-estar físico e mental. Nossos livros de Estudos Sociais por vezes fornecem uma noção tendenciosa do desenvolvimento, quando exibem ilustrações de ruas atulhadas de automóveis e edifícios de apartamentos e arranha-céus como símbolos do progresso, numa espúria associação de bem-estar - que todos queremos - com hiperurbanização ou, como dizem os especialistas do Instituto Joaquim Nabuco - com o "inchamento" das cidades. As formas solidárias de convivência familiar e comunal vêm sendo substituídas por formas solitárias de viver em grupo, com tudo o que isso significa de egoísmo, competição e desamor. As multidões solitárias de que falava Riesman, já existem em todas as grandes cidades brasileiras. E é sintomático notarmos que o crescimento de nossos grandes centros urbanos não faz crescer a urbanidade, mas a agressividade e a rusticidade das condições de vida, de que são exemplos pungentes os traços de marginalidade social e sub-emprego que in-

tegram a sua paisagem.

Tudo isso não evidencia o desenvolvimento genuíno, mas, ao contrário, a ação de um implacável e cruel processo de crescimento econômico que atinge o meio em que vivemos e sobrevivemos.

Grande parte do esforço dos antropólogos, sociólogos, psicólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas e demais especialistas no campo do que é humano, consiste precisamente em mostrar o que é desumano nesse processo de desenvolvimento que privilegia uma pretensa racionalidade econômica em desfavor da própria razão. Que ausculta tecnocratas e não ausculta educadores, cientistas sociais, ensaistas, filósofos e poetas, homens de pensamento e sentimento.

A nós, como educadores, cumpre-nos pensar quer nos fatores macroestruturais e nas opções de política econômica que levam à progressiva deterioração do meio, quer no cultivo diuturno de práticas construtivas de interesse comunitário que se contraponham a essa tendência. É preciso que a participação da escola nesse esforço não seja meramente perfunctória, ou de simples veículo de idéias já sedimentadas. Devemos exigir dela, em todos os seus graus, estudos, pesquisas e, também, exercícios de imaginação que conduzam à formação de "bancos de dados" e "tanques de idéias", o que serviria para ampliar a rede de interesse e o alcance das soluções que nos convêm.

De sua parte, os cientistas sociais, educadores e demais especialistas não devem limitar-se à posição de críticos. Há questões ligadas ao meio que carecem de pesquisas esclarecedoras. Nem tudo, por conseguinte, já aponta as soluções apropriadas, que seriam, numa visão maniqueísta, o reverso do que se combate. A cada momento, é possível propor alternativas ao invés de simplesmente apontar os erros e distorções existentes, o que alarga o âmbito do debate e favorece a busca de soluções construtivas, criativas e genuínas em defesa de nossa brasilidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO

O ENSINO SUPLETIVO

PALESTRA PROFERIDA PELO PROFESSOR ANTONIO FONTES FREITAS, ASSESSOR DO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MEC, POR OCASIÃO DO "II CURSO DE EXTENSÃO" PROMOVIDO PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO JACOBINA DO RIO DE JANEIRO.

RIO DE JANEIRO, JULHO/1978.

TENHO A HONRA DE CUMPRIMENTAR A TODOS OS PARTICIPANTES
DESTE SEGUNDO CURSO DE EXTENSÃO, PROMOVIDO PELA FACULDADE DE EDU
CAÇÃO JACOBINA, OPORTUNIDADE EM QUE ME CABE A ALTA RESPONSABILIDADE
DE REPRESENTAR O SR. DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
SUPLETIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PROF. LEONARDO GO
MES DE CARVALHO LEITE NETO, O QUAL DEVERIA LHE FALAR SOBRE O EN
SINO SUPLETIVO NO PAÍS E EM PARTICULAR DISCORRER SOBRE AS AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO QUE DIRIGE.

ENSINO SUPLETIVO

PODEMOS DISTINGUIR NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DUAS MODALIDADES DE ENSINO:

UM SISTEMA FORMAL, OU REGULAR, DESTINADO À POPULAÇÃO ESCOLAR NA IDADE PRÓPRIA, E OUTRO SISTEMA NÃO-FORMAL, COM OU SEM EQUIVALÊNCIA DE GRAUS AO ENSINO REGULAR, DESTINADO, PRINCIPALMENTE, ÀS PESSOAS QUE NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE DE ESCOLARIZAÇÃO EM IDADE PRÓPRIA E TAMBÉM ÀS QUE PROCURAM ATUALIZAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS.

ESTE SISTEMA NÃO-FORMAL TEM METODOLOGIA E OBJETIVOS ADEQUADOS ÀS CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA, A MAIOR PARTE PESSOAS ADULTAS, VIA DE REGRA JÁ ENGAJADAS NA FORÇA DO TRABALHO.

AS PRIORIDADES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA LEVAM EM CONSIDERAÇÃO A FORMAÇÃO DE UMA ADEQUADA ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS, CONDIZENTES COM AS NECESSIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS BRASILEIRAS OBJETIVANDO A RENTABILIDADE DO SISTEMA EDUCACIONAL.

É NECESSÁRIO UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESCOLA, FLEXÍVEL, DINÂMICA, ATUAL E VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS QUE JÁ ESTÃO APRENDENDO PELA VIA DO TRABALHO E NÃO MAIS SE ADAPTARIAM ÀS ESTRUTURAS FORMAIS DE ENSINO. COMO INSTRUMENTO DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS RESULTA, PRINCIPALMENTE, DE RESPOSTAS DE CURTO PRAZO EM TERMOS DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRESSO TECNOLÓGICO, ASSEGURANDO MAIOR ESPECIALIZAÇÃO DO FATOR TRABALHO E MELHORES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E NOVO MÉTODO.

COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DE OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS A EDUCAÇÃO DE ADULTOS DEVERÁ COGITAR NÃO SOMENTE DE PREPA

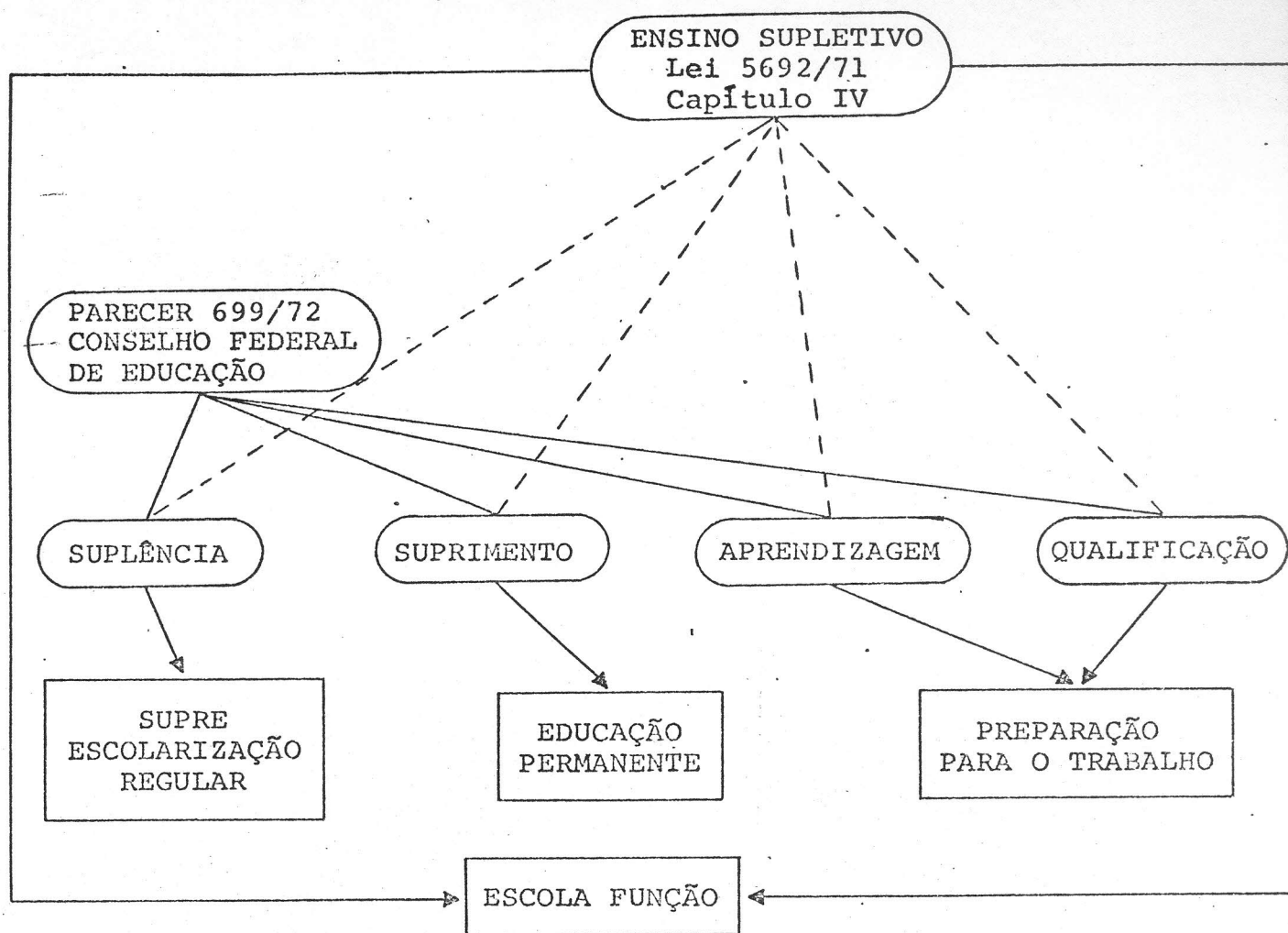
RAÇÃO GERAL DO ADULTO BRASILEIRO PARA A VIDA COMUNITÁRIA, NUMA SOCIEDADE MODERNA, COMO TAMBÉM DA QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA AS EXIGÊNCIAS ATUAIS E FUTURAS DO MERCADO DE TRABALHO.

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS EXIGE ABORDAGEM METODOLÓGICA, CONTEÚDOS E SISTEMA DE VALORES PRÓPRIOS AO ALCANCE DOS OBJETIVOS MAIS AMPLOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL: PREPARAÇÃO PARA A VIDA, PARA O TRABALHO E PARA O EXERCÍCIO CONSCIENTE DOS DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO, SEGUNDO PALAVRAS DO EX-MINISTRO NEY BRAGA, DA EDUCAÇÃO E CULTURA "PARA QUE O HOMEM SEJA UMA PARCELA ATUANTE, BENÉFICA E VITORIOSA NA COMUNIDADE EM QUE VIVE".

NESSE CONTEXTO A REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA SITUOU O ENSINO SUPLETIVO, OBJETIVANDO OFERECER À SUA CLIENTELA EDUCAÇÃO GERAL E ENSINO PROFISSIONALIZANTE ATRAVÉS, PRINCIPALMENTE, DE MEIOS NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO MAS QUE PERMITAM, QUANDO FOR O CASO, O RECONHECIMENTO FORMAL DA APRENDIZAGEM REALIZADA, NUM ENFOQUE DE ESCOLA-ABERTA OU ESCOLA-FUNÇÃO. O ENSINO SUPLETIVO NO BRASIL DISPÕS DE DIFERENTES MEIOS PARA LEVAR OS BENEFÍCIOS DA ESCOLA ÀQUELES QUE A ELA NÃO PUDEAM IR EM IDADE PRÓPRIA.

FUNÇÕES DO ENSINO SUPLETIVO

O PARECER 699/72, DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, INTERPRETANDO EM PROFUNDIDADE O CAPÍTULO IV DA LEI Nº 5692/71, DESTACA PARA O ENSINO SUPLETIVO QUANTRO FUNÇÕES BÁSICAS: SUPLENÇA, SUPRIMENTO, QUALIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM.



SUPLÊNCIA - DESTINADA A "SUPRIR A ESCOLARIZAÇÃO REGULAR PARA ADOLESCENTES E ADULTOS QUE NÃO A TENHAM SEGUIDO OU CONCLUÍDO NA IDADE PRÓPRIA.

SUPRIMENTO - PROPORCIONANDO MEDIANTE REPETIDA VOLTADA À ESCOLA, ESTUDOS DE APERFEIÇOAMENTO OU ATUALIZAÇÃO PARA OS QUE TENHAM SEGUIDO O ENSINO REGULAR NO TODO OU EM PARTE.

QUALIFICAÇÃO - QUE VISA A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO EM CURSOS DE DURAÇÃO VARIÁVEL QUE NÃO EXIGEM GRAU DE ESCOLARIDADE.

APRENDIZAGEM - QUE OBJETIVA A FORMAÇÃO METÓDICA NO TRABALHO MINISTRADA PELAS EMPRESAS A SEUS EMPREGADOS DE 14 A 18 ANOS, DIRETAMENTE OU POR MEIO DE INSTITUIÇÕES QUE MANTENHAM PARA ESSE FIM.

O ENSINO SUPLETIVO TEM CLIENTELA ESPECIFICAMENTE DE FINIDA NA LEI E DEVE SER ATENDIDA POR MEIO DE SUAS FUNÇÕES BÁSICAS, ATRAVÉS DE METODOLOGIA PRÓPRIA E ADEQUADA ÀS CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA.

QUAL É A CLIENTELA DO ENSINO SUPLETIVO?

NA FUNÇÃO DE SUPLÊNCIA - OS QUE NÃO TENHAM SEGUIDO O ENSINO REGULAR NA IDADE PRÓPRIA.

A LEI É RÍGIDA NO QUE SE REFERE A LIMITES DE IDADE PARA CONCLUSÃO DE GRAU, QUER COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO OU FORA DELE.

A IDADE MÍNIMA PARA CONCLUSÃO DE 1º GRAU É 18 ANOS E DO 2º GRAU 21 ANOS, MESMO EM CASO DE LEGALMENTE EMANCIPADOS.

EXISTEM DUAS ALTERNATIVAS PARA A SUPLÊNCIA: A DE EDUCAÇÃO GERAL, COMPREENDENDO O NÚCLEO COMUM E A DE FORMAÇÃO ESPECIAL, OU SUPLÊNCIA PROFISSIONALIZANTE, COMPREENDENDO OS MÍNIMOS PROFISSIONALIZANTES DE 2º GRAU.

A SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO ESPECIAL PERMITE O DIPLOMA DE TÉCNICO DE 2º GRAU.

NA FUNÇÃO DE SUPRIMENTO - CLIENTELA CARACTERIZADA COMO TODOS AQUELES QUE BUSQUEM APERFEIÇOAMENTO OU ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS, NUM PROCESSO DE "REPETIDAS VOLTAS À ESCOLA".

O SUPRIMENTO É, TALVEZ, A FUNÇÃO MAIS RICA DO SUPLETIVO, CARACTERIZA-SE COMO EDUCAÇÃO PERMANENTE.

NA FUNÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - A CLIENTELA CARACTERIZA-SE PELOS QUE TENDO MAIS DE 14 ANOS BUSQUEM, PELA VIA SUPLETIVA, UMA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO, SEM A PREOCUPAÇÃO DE EDUCAÇÃO GERAL, OU CONCLUSÃO DE GRAU DE ESCOLARIDADE, EMBORA O PLANEJAMENTO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO POSSA PERMITIR EQUIVALÊNCIA PA 99

RA EFEITO DE CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS.

EX: UM CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE 2º GRAU PODE PERMITIR UM DIPLOMA DE TÉCNICO DE 2º GRAU QUANDO SE TENHA, A QUALQUER TEMPO, A SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL DE 2º GRAU.

O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NÃO ESTÁ LIMITADO PELOS MÍNIMOS DE CARGA HORÁRIA. TEM DURAÇÃO VARIÁVEL, DEVENDO SER PLANEJADO EM FUNÇÃO DO NÍVEL DA CLIENTELA E DO OBJETIVO TERMINAL ESTABELECIDO, COM VISTAS AO PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO DO TIPO DE PROFISSIONAL QUE SE QUER QUALIFICAR.

DESTA FORMA, PODEM-SE QUALIFICAR PESSOAS EM TEMPOS DIFERENTES PARA A MESMA OCUPAÇÃO, GARANTINDO-SE, INCLUSIVE, EQUIVALÊNCIA E CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS.

TANTO NA APRENDIZAGEM COMO NA QUALIFICAÇÃO A TÉCNICA DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS DEVERÁ SER NO PROCESSO. A FREQUÊNCIA AOS CURSOS DEVERÁ SER OBRIGATÓRIA PARA A APRENDIZAGEM E OBRIGATÓRIA EM PRINCÍPIO PARA A QUALIFICAÇÃO:

A VANTAGEM DA VIA SUPLETIVA NO QUE SE REFERE À QUALIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM É QUE PERMITE A UTILIZAÇÃO DA EMPRESA COMO ESCOLA. ACREDITAMOS QUE SE POSSA, ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA BEM DEFINIDA, CUMPRIR GRANDES METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS NA FORMAÇÃO E PREPARAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, COMBINANDO-SE A VIA SUPLETIVA COM A VIA REGULAR.

ESTUDOS E OBSERVAÇÕES, JÁ REALIZADAS SOBRE O ENSINO SUPLETIVO, TÊM MOSTRADO INADEQUAÇÃO NO TRABALHO COM O ADULTO E COM ADOLESCENTES NÃO ATINGIDOS PELO PROCESSO DE ENSINO REGULAR. CONSEQUENTEMENTE, É MISTER INICIAR UMA ATUAÇÃO QUE POSSA PERMITIR A EFETIVA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO NOS TERMOS PRECONIZADOS PELA ATUAL DOCTRINA, OFERECENDO AOS SISTEMAS DE ENSINO DAS UNIDADES FEDERADAS CURRÍCULOS REALISTAS, CIRCUNSTANCIAIS POR EXCELENÇA, FLEXÍVEIS, DIVERSIFICADOS E ASSISTEMÁTICOS, ESTRIBADOS 100

NUM PERMANENTE PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO PARA REPLANEJAMENTOS CONSTANTES EM FUNÇÃO DE RESULTADOS.

O FUNDAMENTO DO ENSINO SUPLETIVO É FACULTAR AO BRASILEIRO DE MAIS DE 14 ANOS QUE SE TORNE "MEMBRO ATIVO DE UMA SOCIEDADE QUE APRENDE". AO ADOLESCENTE E AO HOMEM ADULTO QUE NÃO DESEJA PERMANECER À MARGEM DO PROGRESSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO E CULTURAL DE UMA SOCIEDADE COMPETITIVA E PROMOCIONAL, É JUSTO QUE SE LHE OFEREÇA A ESCOLARIZAÇÃO NÃO ALCANÇADA, NA ÉPOCA OPORTUNA, PROFISSIONALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO CONSTANTES. A PRÓPRIA REALIDADE PSICOSSOCIAL DO ALUNO ADULTO OFERECE FUNDAMENTOS PARA O ENSINO SUPLETIVO: CARACTERIZA-SE POR CONOTAÇÕES PSICOLÓGICAS PRÓPRIAS PARA A AUTO-APRENDIZAGEM. A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO POTENCIAL DE MAIS DE 14 ANOS NO ESFORÇO DA SOCIEDADE EM DESENVOLVIMENTO, POR RAZÕES DE SUA EXPERIÊNCIA OCUPACIONAL E RESPONSABILIDADE DO SUSTENTO PRÓPRIO, OU DE OUTROS, DEVE SER MAXIMIZADA PELO ENSINO SUPLETIVO. A NECESSIDADE DE POSSIBILITAR O APERFEIÇOAMENTO INTEGRAL DO ADULTO PARA QUE SE REALIZE COMO PESSOA HUMANA, COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL, COMPLETAM OS FUNDAMENTOS PARA ESSE TIPO DE ENSINO. ESTE ESBOÇO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO LEVA A PENSAR NUMA GAMA VARIADA DE ALTERNATIVAS E MODALIDADES, EXIGÊNCIAS E NECESSIDADES METODOLÓGICAS A ELE PECULIARES.

O PROGRESSO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MUNDO DE HOJE ESTÁ A ENSEJAR CONSTANTES ALTERAÇÕES DOS ESQUEMAS ELABORADOS PELO HOMEM. ESTÍMULOS NOVOS SÃO CRIADOS E PROJETADOS NO INDIVÍDUO E NA SOCIEDADE. NOVAS RESPOSTAS INTELECTUAIS, SOCIAIS, ÉTICAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS SÃO PERMANENTEMENTES EXIGIDAS DO HOMEM PARA PRESERVAÇÃO DE SUA NATUREZA E DIGNIDADE PESSOAL. TRATA-SE, EM ÚLTIMA ANÁLISE, DE UMA RESPOSTA QUE VEM A SER ESSENCIALMENTE EDUCATIVA, POIS A REALIZAÇÃO DO HOMEM, HOJE, É RESULTANTE DE UM "APERFEIÇOAMENTO INTEGRAL E SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE DE PESSOA HUMANA, DESDE SEU NASCIMENTO ATÉ SUA MORTE". (INFORME FINAL DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE - Bs.As.1970). 101

É NESTE CONTEXTO QUE SE SITUA O ENSINO SUPLETIVO.

ESTRATÉGIA NACIONAL DO ENSINO SUPLETIVO

OBJETIVANDO CONSOLIDAR A POLÍTICA E DIRETRIZES FUNDAMENTADAS NA DOCTRINA E FILOSOFIA DO ENSINO SUPLETIVO RECOMENDANDO PROVIDÊNCIAS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS, PARA A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NO BRASIL O DSU/MEC ELABOROU A ESTRATÉGIA NACIONAL, DOCUMENTO APROVADO PELO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM 18 DE JUNHO DE 1976, SENDO APRESENTADA E DISCUTIDA NO IV ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE ÓRGÃOS DE ENSINO SUPLETIVO REALIZADO EM BRASÍLIA EM OUTUBRO DE 1976, DOCUMENTO ESTE, CONSIDERADO DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.

PROVIDÊNCIAS QUE SE RECOMENDAM EM FUNÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL

PARA UMA EXPANSÃO SEGURA E CONTROLADA DO ENSINO SUPLETIVO RECOMENDA-SE ÀS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, PRINCIPALMENTE O SEGUINTE:

NO QUE SE REFERE A EXAMES:

- 1 - MESMAS DISCIPLINAS PARA TODO O PAÍS;
- 2 - IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE QUESTÕES;
- 3 - INCLUSÃO DA PROVA DE REDAÇÃO;
- 4 - DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE;
- 5 - COINCIDÊNCIA DE DATAS EM NÍVEL NACIONAL;
- 6 - HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS, ANTES DO VESTIBULAR;
- 7 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NAS EMPRESAS, PARA EXAMES DE SUPLENÇA PROFISSIONALIZANTE;
- 8 - PADRONIZAÇÃO DE CERTIFICADOS EM NÍVEL NACIONAL E SISTEMA DE REGISTRO ATRAVÉS DAS DRs/MEC.

NO QUE SE REFERE A CURSOS:

- UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO PRÓ
PRIOS À EDUCAÇÃO DE ADULTOS;
- PREPARAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINIS
TRATIVO;
- UTILIZAÇÃO DE CURRÍCULOS DEFINIDOS QUE GARANTAM
O RITMO PRÓPRIO DE APRENDIZAGEM DE CADA UM;
- ADAPTAÇÃO DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL,
PARA OS EGRESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INTE
GRADA, ÀS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO LO
CAL, EM ESPECIAL NA ZONA RURAL;
- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO EM NÍVEL NA
CIONAL;
- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO DAS INSTI
TUIÇÕES DO ENSINO SUPLETIVO;
- IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS PRO
FISSIONALIZANTES;
- REGULAMENTAÇÃO, PELOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, DOS
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE CONHECI
MENTOS.

RESULTADOS ESPERADOS:

- AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS;
- CONTRIBUIÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE MOBILIDADE SOCIAL;
- MAIOR RENTABILIDADE DOS RECURSOS APLICADOS AO ENSI
NO SUPLETIVO;
- CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE MERCADO DE TRA
BALHO PELA FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
DOS ENGAJADOS NA FORÇA DO TRABALHO;
- MAIOR PRODUTIVIDADE DA EMPRESA PELA MOTIVAÇÃO DA
FORÇA DO TRABALHO, O QUE PODERÁ IMPLICAR EM REDU
ÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS;

- MINIMIZAR O ESTÍMULO AO ÊXODO RURAL;
- MELHORIA DO ENSINO APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA;
- MINIMIZAR O ESTÍMULO À MIGRAÇÃO INTERNA DE CANDIDATOS AOS EXAMES;
- PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA, EMPRESA E COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL;
- OPORTUNIDADES DE PROFISSIONALIZAÇÃO A NÍVEL DE 1º E 2º GRAUS;
- OBSERVÂNCIA AOS OBJETIVOS MAIORES DA EDUCAÇÃO NA CIONAL: PREPARAÇÃO PARA A VIDA E PARA O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA CIDADANIA, "EDUCAR PARA QUE O HOMEM SEJA UMA PARCELA ATUANTE, BENÉFICA E VITORIOSA NA COMUNIDADE EM QUE VIVE", E, CONSEQUENTEMENTE, MAIOR CREDIBILIDADE PARA O ENSINO SUPLETIVO.

PROJETOS PRIORITÁRIOS

PROJETO CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS - CES

O PROJETO SE PROPÕE A ATENDER, DE FORMA MAIS ADEQUADA E EFETIVA, ADOLESCENTES E ADULTOS QUE NA IDADE PRÓPRIA NÃO CONSEGUIRAM ESCOLARIZAÇÃO REGULAR, QUER NA PARTE DE EDUCAÇÃO GERAL, QUER NA PARTE DE FORMAÇÃO ESPECIAL, A NÍVEL DE 1º E 2º GRAUS, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSOS SUPLETIVOS SEM FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA.

A CARACTERÍSTICA MARCANTE DE UM CENTRO É A SUA VERSATILIDADE. PARA A SUA IMPLANTAÇÃO, SÃO CONSIDERADOS OS ASPECTOS REFERENTES AO APROVEITAMENTO RACIONAL DOS ESPAÇOS, FACILIDADE DE INSTALAÇÃO, BAIXO CUSTO OPERACIONAL E MAIOR ATENDIMENTO , CONFORME FINALIDADES PRÓPRIAS.

O FUNCIONAMENTO DE UM CES DIFERE BASTANTE DE UMA ES

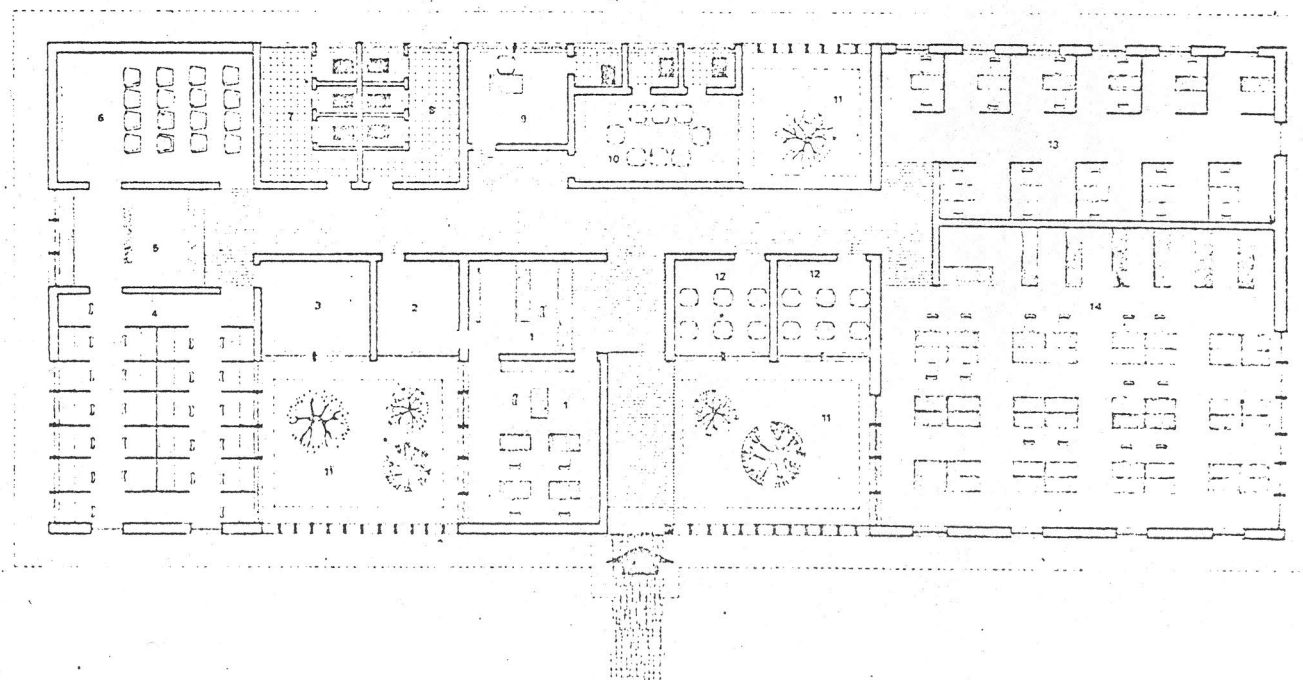
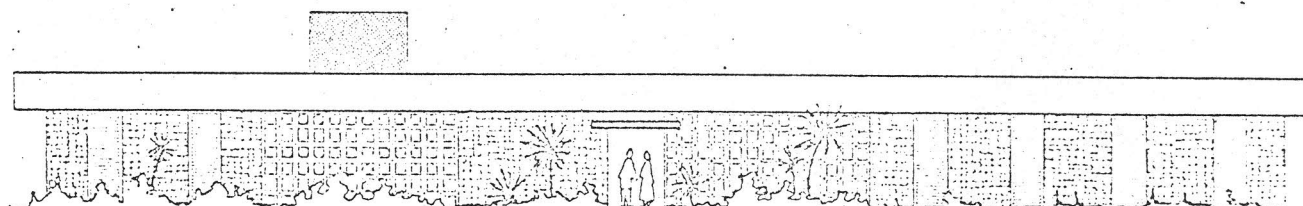
COLA REGULAR. A ESTRUTURA FÍSICA É ADEQUADA ÀS NECESSIDADES DO ' MELHOR DESEMPENHO FUNCIONAL QUE É FEITO ATRAVÉS DE CINCO SETORES BÁSICOS:

- COORDENAÇÃO
- TRÁFEGO
- ORIENTAÇÃO DE APRENDIZAGEM
- BIBLIOTECA
- AUDIO-VISUAL.

mod. 3

SUGESTÃO PARA UM CES

atendimento 1.300 alunos/dia



- 1 TRAFEGO
- 2 DEPOSITO
- 3 REPROGRAFIA
- 4 ALMOXARIFADO
- 5 ARSENAL
- 6 S. PROTECOES
- 7 SANITARIO M
- 8
- 9 COORDINACAO
- 10 S. PAOS
- 11 JARDIM
- 12 S. AVALIACAO
- 13 CRIANT. INDIV
- 14 BIBLIOTECA

NO CENTRO, O PRIMEIRO CONTACTO DO ALUNO COMEÇA COM O TRÁFEGO QUE MUITA GENTE CONFUNDE COM O "SECRETÁRIO".

O TRÁFEGO ESTABELECE O PRIMEIRO CONTATO COM O ALUNO: ANOTA O NOME, VERIFICA OS PRÉ-REQUISITOS, VERIFICA DISPONIBILIDADE DO ORIENTADOR, E ENCAMINHA ESTE ALUNO AO ORIENTADOR.

O ORIENTADOR RECEBE O ALUNO: FAZ ENTREVISTA, PREENCHE FICHA DE INFORMAÇÕES, INFORMA SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CES, VERIFICA ÁREA DE INTERESSE DO ALUNO E DEVOLVE-O PARA O TRÁFEGO QUE MARCA HORA PARA O TESTE DE SONDAGEM.

O ORIENTADOR APLICA A PRÉ-AVALIAÇÃO, O ALUNO ADQUIRE MÓDULOS DESTINADOS À AUTO-APRENDIZAGEM, E É ORIENTADO A DESENVOLVER ATIVIDADES. ESTUDA COM MÓDULOS, UTILIZA RECURSOS AUDIOVISUAIS, VAI À BIBLIOTECA, DISCUTE DÚVIDAS COM O ORIENTADOR E DEPENDENDO DE SEU RITMO PRÓPRIO DE APRENDIZAGEM, QUANDO SE CONSIDERAR APTO, MARCA A PÓS-AVALIAÇÃO.

O ORIENTADOR APLICA A PÓS-AVALIAÇÃO: SE APROVADO, O ALUNO SEGUE O FLUXO, CASO CONTRÁRIO, VOLTA A ALGUM PONTO DO FLUXO.

ESTE ESQUEMA PERMITE UM ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM UMA ESCOLA DE MASSA E PERMITIRÁ, A LONGO PRAZO, SUBSTITUIR OS EXAMES DE MASSA E A INCONVENIÊNCIA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA, EM QUE PREDOMINA O ASPECTO QUANTITATIVO SOBRE O QUALITATIVO, ISTO É, O QUE SE SABE AO INVÉS DE COMO SE SABE, MEDIR PROVA AO INVÉS DE AVALIAR ALUNOS.

A METODOLOGIA UTILIZADA NOS CENTROS É A DO ENSINO PERSONALIZADO, ATRAVÉS DE MÓDULOS DIDÁTICOS E OUTRAS TÉCNICAS PEDAGÓGICAS, QUE PERMITE AO ESTUDANTE DESENVOLVER SEU APRENDIZADO CONFORME CARACTERÍSTICAS, APTIDÕES, DISPONIBILIDADE E INTERESSE PRÓPRIOS.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, DOS CURSOS OFERECIDOS PODE REALIZAR-SE AO LONGO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM, POR ELIMINAÇÃO SEQUENCIDADA DOS INSTRUMENTOS INSTRUCCIONAIS, MAS SEM CONOTAÇÃO DE SÉRIE, UMA VEZ QUE A CONCLUSÃO É SEMPRE GLOBAL, EM TERMOS DE CADA DISCIPLINA.

COM UMA CAPACIDADE INSTALADA PARA 100.000 PESSOAS, OS CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS JÁ ESTÃO IMPLANTADOS EM TODO O PAÍS. POR NÃO EXIGIREM FREQUÊNCIA E PERMITIREM UMA DURAÇÃO VARIÁVEL DOS CURSOS DE 1º E 2º GRAUS, DEVIDO À METODOLOGIA DE ENSINO POR OBJETIVOS, TORNOU-SE UMA FORMA IRREVERSÍVEL DE ESCOLA PARA ADULTOS.

ALÉM DAS CONVENIÊNCIAS DE ORDEM PEDAGÓGICA OS CENTROS OFERECEM INDISCUTÍVEL VANTAGEM ECONÔMICA EM TERMOS DE CUSTO-EFETIVIDADE. ATENDE DEZ VEZES MAIS ALUNOS QUE A ESCOLA REGULAR E EM MENOS TEMPO.

PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO SUPLETIVO - PLIDSU

O PLIDSU SE PROPÕE A EDITAR E DISTRIBUIR MATERIAIS DIDÁTICOS PRÓPRIOS.

CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

INICIALMENTE, O PLIDSU ATENDERÁ DIRETAMENTE AOS CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS, EDITANDO UM TIPO DE MATERIAL CONHECIDO COMO MÓDULO DE ENSINO, TÉCNICA EXPERIMENTADA E JÁ ADOTADA PELO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MEC PARA O ENSINO DE ADULTOS.

ATÉ FINS DE 1978 O DSU/MEC, ATRAVÉS DA FENAME, ESTARÁ DISTRIBUINDO ÀS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E COMERCIALIZANDO EM SEUS POSTOS DE VENDA CERCA DE 6.000.000 DE MÓDULOS.

CLIENTELA:

PRIORITARIAMENTE TERÃO ACESSO AOS MÓDULOS DE ENSINO, TODOS OS QUE ESTIVEREM INSCRITOS NOS CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS, PORÉM, EM COERÊNCIA COM A PRÓPRIA FILOSOFIA DE ABERTURA E FLEXIBILIDADE DO ENSINO SUPLETIVO, QUALQUER ADULTO QUE QUEIRA ESTUDAR, MESMO POR CONTA PRÓPRIA.

O SISTEMA DE MÓDULOS DE ENSINO CONSTITUI METODOLOGIA ADEQUADA TAMBÉM À FORMAÇÃO PROFISSIONAL. UM CONJUNTO DE MÓDULOS VENCIDOS SIGNIFICA UM CRÉDITO ALCANÇADO, UM CURSO CONCLUÍDO, OU UM NÍVEL DE APRENDIZAGEM ATINGIDO.

SUPLÊNCIA PROFISSIONALIZANTE.

AS LEIS QUE INSTITUIRAM A REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL, ROMPENDO UMA TRADIÇÃO DE ENSINO MERAMENTE ACADÊMICO, DERAM UM DESTAQUE ESPECIAL À PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO, VISANDO PERMITIR A FORMAÇÃO DO "HOMEM" NO MAIS AMPLO CONCEITO, DESDE O INÍCIO DA GRADAÇÃO ESCOLAR, ONDE É ORIENTADO A ENCONTRAR SUA VOCAÇÃO PROFISSIONAL.

NESTE CONTEXTO CABE RELATAR A EXPERIÊNCIA DE EXAMES SUPLETIVOS PROFISSIONALIZANTES EM NÍVEL DE TÉCNICO E AUXILIAR DE 2º GRAU.

PESQUISA FEITA EM ÁREA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS, REVELOU QUE, DO PESSOAL QUE TRABALHAVA COMO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO, APENAS 37% ERA HABILITADO. A REFORMA DO ENSINO ADMITE SER JUSTO QUE SE PERMITA TORNAR TÉCNICO DE DIREITO QUEM, JÁ NA REALIDADE, DOMINA, OU VENHA A DOMINAR, DE FATO, UMA HABILITAÇÃO, UMA PROFISSÃO.

EM 1973 O DSU, JUNTAMENTE COM A UTRAMIG, DETALHOU O PROJETO ACESSO OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE EXAMES SUPLETIVOS PRO

FISSIONALIZANTES DESTINADOS ÀS PESSOAS QUE APRENDERAM UMA PRO
FISSÃO DE 2º GRAU PELA PRÓPRIA VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA DE AUTO-INS
TRUÇÃO NO TRABALHO.

FORAM APLICADOS EXAMES EM JULHO DE 1974 E JANEIRO DE
1975 EM PERNAMBUCO, DISTRITO FEDERAL E MINAS GERAIS, EM DIVERSAS
MODALIDADES TÉCNICAS, TAIS COMO: AGRIMENSURA, AGROPECUÁRIA, AR
TES GRÁFICAS, ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E MERCADOS ,
CONTABILIDADE, EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROMECAÂNICA, ENFERMA
GEM, ESTRADAS, INSTRUMENTAÇÃO MUSICAL, PUBLICIDADE, TELECOMUNICA
ÇÕES, MECÂNICO, HOTELÁRIA, SECRETARIADO E TURISMO, NOS QUAIS FO
RAM INSCRITOS MAIS DE DOIS MIL E QUINHENTOS CANDIDATOS COM UMA
TAXA DE APROVAÇÃO DE MAIS DE 25%.

AS LEIS EDUCACIONAIS VIGENTES NO PAÍS ESTABELECEAM'
DOIS NÍVEIS NORMATIVOS PARA O SISTEMA NACIONAL DE HABILITAÇÃO PRO
FISSIONAL: O CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO QUE PROMOVE A FEIÇÃO
NACIONAL DO SISTEMA E OS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO QUE PRO
MOVEM A ADAPTAÇÃO DO SISTEMA ÀS CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES
ESTADUAIS. DAS NORMAS DOS REFERIDOS CONSELHOS DEPENDU A INSTI
TUCIONALIZAÇÃO DOS EXAMES PROFISSIONALIZANTES NO PAÍS.

NO PERÍODO DE 1974 A 1977 MAIS DE 9.400 TÉCNICOS E
AUXILIARES DE 2º GRAU FORAM HABILITADOS POR ESTES EXAMES QUE INS
CREVERAM MAIS DE 21.000 CANDIDATOS.

EM MAIO DESTES ANO, AQUI NO RIO DE JANEIRO, FORAM EN
TREGUES CERCA DE 4.500 CERTIIFICADOS DE TÉCNICOS E AUXILIARES
TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, EM SOLENIDADE NA UNATE - UNIÃO NACIONAL
DE TÉCNICOS EM ENFERMAGEM, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO SENHOR
DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MEC, PROFES
SOR LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO.

PARA AS 136 MODALIDADES TÉCNICAS APROVADAS PELO CON
SELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FORAM REALIZADAS ANÁLISES OCUPACIONAIS
QUE DEFINIRAM PERFIS PROFISSIONAIS DAS MODALIDADES EM QUE ESTÃO

SENDO REALIZADOS EXAMES, ALÉM DOS ESTUDOS TÉCNICOS INDISPENSÁVEIS
TAIS COMO:

- 1 - ANÁLISE E DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES, ATIVIDADES E TA
REFAS TÍPICAS DA OCUPAÇÃO DE TÉCNICO;
- 2 - RELAÇÃO DOS CONHECIMENTOS E HABILIDADES QUE O
TÉCNICO DEVE POSSUIR PARA O DESEMPENHO DAS RES
PECTIVAS FUNÇÕES, ATIVIDADES E TAREFAS TÍPICAS;
- 3 - DESCRIÇÃO DE MÉTODOS, TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS, INS
TRUMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVI -
MENTO DAS HABILIDADES RELACIONADAS,
- 4 - SELEÇÃO DAS UNIDADES DE MEDIDA E INSTRUMENTOS DE
AVALIAÇÃO;
- 5 - AGRUPAMENTO DAS QUESTÕES E PROBLEMAS PARA AS PRO-
VAS TEÓRICAS E PRÁTICAS, E DE DESEMPENHO RELATI
VOS ÀS DIVERSAS MODALIDADES.

APROVADAS AS HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS PELO CONSELHO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, OS DIVERSOS ESTADOS, BASEADOS NA ORIENTAÇÃO
E DIRETRIZES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA ELABORAM OS PROJETOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXA
MES E OS SUBMETEM AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

APROVADOS, OS PROJETOS SÃO ENCAMINHADOS AO DSU PARA
ANÁLISE TÉCNICA, APROVAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS EM QUE O MI
NISTÉRIO OFERECE CONTRAPARTIDA DE RECURSOS E GARANTE A COOPERAÇÃO
TÉCNICA E OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS NACIONAIS.

A SELEÇÃO DAS MODALIDADES OFERECIDAS É FEITA A PARTIR
DE UM EDITAL DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM QUE SE QUANTIFICA A
DEMANDA E CARÊNCIA DE EMPRESAS E EMPREGADOS COM RELAÇÃO A CADA
MODALIDADE TÉCNICA.

PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES, EM QUE É EXIGIDA DO CANDII
DATO EXPERIÊNCIAS COMPROVADAS EM CARTEIRA PROFISSIONAL DE PELO

MENOS DOIS ANOS NA PROFISSÃO, É PROMOVIDA AMPLA ARTICULAÇÃO COM EMPRESAS, ÓRGÃOS DE CLASSE, CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO, TÉCNICOS E ESPECIALISTAS DAS DIVERSAS ÁREAS PROFISSIONALIZANTES E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA PARA A DIVULGAÇÃO NECESSÁRIA E, INCLUSIVE, AVALIAÇÃO DAS REPERCUSSÕES.

ESTE ENVOLVIMENTO PERMITE ATENDER INTERESSES E CONVENIÊNCIAS DO GOVERNO, EMPRESAS E EMPREGADOS.

OS EXAMES PROFISSIONALIZANTES, OU DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL JÁ ESTÃO IMPLANTADOS EM TODO O PAÍS. REVESTE-SE DE GRANDE IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA PARA MELHOR PARTICIPAÇÃO DO HOMEM NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

- 1 - PERMITE UMA DIMENSÃO DE JUSTIÇA SOCIAL PARA AQUELAS PESSOAS QUE SE INCORPORARAM PERMATURAMENTE NA FORÇA PRODUTIVA DO PAÍS E APRENDERAM UMA HABILITAÇÃO PELA VIVÊNCIA DE AUTO-INSTRUÇÃO NO TRABALHO;
- 2 - POSSUI UMA DIMENSÃO ECONÔMICA PELA MOTIVAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DE EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ESCOLA AOS QUE EXERCEM COM COMPETÊNCIA, INTERESSE E RESPONSABILIDADE SUA PROFISSÃO.

A SUPLENÇA PROFISSIONALIZANTE ABRANGE NÃO APENAS EXAMES, APOIADOS OU NÃO POR CURSOS DE REFORÇO, MAS, TAMBÉM, CURSOS COM AVALIAÇÃO NO PROCESSO, COMO É O CASO DO PROJETO LOGOS II.

PROJETO LOGOS II

ESTE PROJETO SE PROPÕE A HABILITAR PARA O MAGISTÉRIO A NÍVEL DE 2º GRAU, PROFESSORES NÃO TITULADOS, QUE ESTEJAM EXERCENDO ATIVIDADES DOCENTES NAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO DE 1º GRAU, SEM RETIRÁ-LOS DA SALA DE AULA.

INICIALMENTE O PROJETO FOI IMPLANTADO NOS ESTADOS DA PARAÍBA, PARANÁ, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE E TERRITÓRIO FEDERAL

DE RONDÔNIA.

METODOLOGIA:

ENSINO À DISTÂNCIA MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO PERSONALIZADA - MÓDULOS - ESPECIALMENTE PREPARADOS PARA A CLIENTELA.

ESTA METODOLOGIA PERMITE ATENDER AO RITMO DE APRENDIZAGEM DE CADA ALUNO E À SUA DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA ESTUDO.

CURRÍCULO:

O CONTEÚDO FIXADO A PARTIR DE UM TESTE DE IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO E DE HABILIDADES APLICADO À CLIENTELA INICIAL, COMPÕEM A EDUCAÇÃO GERAL E PARTE PROFISSIONALIZANTE.

ESTÃO PREVISTAS 1.330 HORAS DE ESTUDOS PARA AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO GERAL E 2.150 HORAS PARA A FORMAÇÃO ESPECIAL.

DURAÇÃO:

O CURSO ESTÁ PROGRAMADO, TEORICAMENTE, PARA 30 MESES. A DURAÇÃO REAL DEPENDERÁ, ENTRETANTO, DO RITMO DE APRENDIZAGEM DE CADA ALUNO, PODENDO A CONCLUSÃO SE EFETIVAR ANTES OU APÓS O PRAZO ESTIMADO.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO:

NÚCLEOS PEDAGÓGICOS, SOB A RESPONSABILIDADE DE UM ORIENTADOR DA APRENDIZAGEM, ONDE OS CURSISTAS, ALÉM DE RECEBEREM O MATERIAL DIDÁTICO E ORIENTAÇÃO NOS ESTUDOS, SUBMETEM-SE À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.

OS NÚCLEOS PEDAGÓGICOS SÃO INSTALADOS COM A PARTICIPAÇÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DEVEM CONTAR COM ESPAÇO E MOBILIÁRIO PARA ATENDER ENTRE 10 E 15 CURSISTAS DE CADA VEZ, ALÉM DE MATERIAL DIDÁTICO PRÓPRIO E BIBLIOTECA.

ENCONTRO PEDAGÓGICO:

UMA VEZ POR MÊS SE REALIZA, PARA CADA GRUPO DE 40 CURSISTAS, UM ENCONTRO, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES

BÁSICAS PARA SUA FORMAÇÃO TAIS COMO TRABALHO EM GRUPO E PRÁTICAS EDUCATIVAS.

SESSÕES DE MICRO-ENSINO:

AS SESSÕES DE MICRO-ENSINO, PARA CADA GRUPO DE 10 A 12 CURSISTAS, REALIZADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO SUPERVISOR DO TRABALHO DOCENTE, VISAM O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES BÁSICAS PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO.

LABORATÓRIO PEDAGÓGICO:

É PRÉ-REQUISITO BÁSICO, PARA OS CURSISTAS DO LOGOS II, A PERMANÊNCIA EM SALA DE AULA. ESTA PERMANÊNCIA TEM REFLEXOS IMEDIATOS SOBRE A ATIVIDADE DOCENTE, DE VEZ QUE A SALA DE AULA É UTILIZADA COMO LABORATÓRIO PEDAGÓGICO, CAMPO DE OBSERVAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVENDO ASSIM UMA METODOLOGIA DE ENSINO PROFISSIONAL NO PRÓPRIO LOCAL DE TRABALHO SEM A FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA EM CURSOS FORMAIS.

EM DECORRÊNCIA DA PRÓPRIA METODOLOGIA, A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM SE REALIZA AO LONGO DE TODO O CURSO.

O CURSISTA DO LOGOS II DEVERÁ VENCER UM PADRÃO DE DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR A 80% EM TODOS OS 200 MÓDULOS QUE COMPLETAM O CURSO.

GRANDE PARTE DO PROCESSAMENTO DOS DADOS É FEITA POR COMPUTAÇÃO ELETRÔNICA.

AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AS PREFEITURAS MUNICIPAIS E OS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO SÃO ENVOLVIDAS NO PROJETO, CUJOS CERTIFICADOS TÊM VALIDADE NACIONAL.

BENEFÍCIOS:

ALÉM DA HABILITAÇÃO DE 45.000 PROFESSORES, O PROJETO DEVERÁ BENEFICIAR APROXIMADAMENTE A 700 MUNICÍPIOS, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO DIRETO A MAIS DE 1.800.000 ALUNOS DE 1º GRAU, MATRICULADOS EM CERCA DE 33.000 ESCOLAS. OS RESULTADOS FI

NAIS PODERÃO OFERECER AO MINISTÉRIO UM SISTEMA INSTRUCIONAL TES
TADO POSSÍVEL DE ATENDER AOS 200.000 PROFESSORES NÃO TITULADOS E
XISTENTE NO PAÍS.

A METODOLOGIA DESTE PROJETO ESTÁ PERMITINDO A HABILI
TAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM OUTRAS MODALIDADES TÉCNICAS, COM A VAN-
TAGEM DE UTILIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO E DISPENSA DE FREQUÊN
CIA A ESCOLAS FORMAIS ALÉM DE ADMITIR O RITMO PRÓPRIO DE APRENDI
ZAGEM DE CADA UM.

PROJETO DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA PARA A SAÚDE PREVIDENCIÁRIA - PRESSP

O PROJETO SE PROPÕE A DESENVOLVER SISTEMAS DE HABILI
TAÇÃO PROFISSIONAL DENTRO DE METODOLOGIA PRÓPRIA DO ENSINO SUPLE
TIVO, PARA DIVERSAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, A NÍVEL DE 1º E
2º GRAUS, UTILIZANDO OS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS DA REDE PRÓ
PRIA E CONTRATADA DO INPS - INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SO
CIAL.

OBJETIVOS:

a - PREPARAR PESSOAL A NÍVEL DE 1º E 2º GRAUS NA ÁREA
DE SAÚDE PREVIDENCIÁRIA ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PRO
FISSIONAL VISANDO A MELHORIA DOS SERVIÇOS;

b - DESENVOLVER EXPERIÊNCIA EM TREINAMENTO E SUPLÊN
CIA PROFISSIONALIZANTE, NA ÁREA DE SAÚDE PREVIDENCIÁRIA, ATRAVÉS
DE CURSOS E EXAMES, VISANDO A QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFIS
SIONAL DE TÉCNICOS E AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO JÁ ENGAJADOS NA
FORÇA DE TRABALHO.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

DESENVOLVIMENTO DE NOVA METODOLOGIA DE PREPARAÇÃO DE

PESSOAL, A NÍVEL DE 1º E 2º GRAUS, EM LARGA ESCALA, A CURTO E MÉDIO PRAZOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL;

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PREVIDENCIÁRIA NO PROCESSO DE TREINAMENTO, ENFATIZANDO A INTEGRAÇÃO DOCENTE-ASSISTENCIAL;

FLEXIBILIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA NÃO-FORMAL DE EDUCAÇÃO;

NECESSIDADE DE PROVER O SISTEMA DE SAÚDE PREVIDENCIÁRIA, DE MATERIAL INSTRUCIONAL ADEQUADO, DESENVOLVIDO DE ACORDO COM A REALIDADE DO PAÍS E CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA ENGAJADA NA FORÇA DE TRABALHO;

ECONOMIA DO TEMPO E CUSTO, RELATIVOS AOS MEIOS CONVENCIONAIS DE PREPARAÇÃO DE PESSOAL.

CLIENTELA:

- 20.000 SERVIDORES DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - INPS;

- 200.000 PESSOAS DA REDE CONTRATADA PELO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.

PROJETO DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL AO ATLETA PROFISSIONAL - PAEAP

O PAEAP VISA PROPICIAR AO ATLETA PROFISSIONAL OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS SUPLETIVAS PARA INÍCIO OU CONTINUIDADE DE ESTUDOS COM VISTAS A OPORTUNIDADES DE EMPREGO FUTURO.

OBJETIVOS:

PRESTAR ASSISTÊNCIA AO ATLETA PROFISSIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO GERAL A NÍVEL DE 1º E 2º GRAUS, DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DE ENCAMINHAMENTO PARA CURSOS E EXAMES SUPLETIVOS DISPONÍVEIS NO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO.

METODOLOGIAS:

. ESTRATÉGIAS INSTRUCCIONAIS:

SÃO ADEQUADAS À NATUREZA DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS E ÀS CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA ALVO DEVENDO SER UTILIZADOS VÁRIOS RECURSOS TECNOLÓGICOS TAIS COMO: TV, RÁDIO, MÓDULOS DE ENSINO INDIVIDUALIZADO, TAPE-CASSETES, ETC..

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO SUPLETIVO - 9.4

COM O OBJETIVO DE OFERECER OPORTUNIDADE DE APERFEIÇOAMENTO A QUEM TRABALHA NO ENSINO SUPLETIVO, O PROJETO SE PROPÕE A PROMOVER A PREPARAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES DE ENSINO SUPLETIVO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DOS DIVERSOS ESTADOS E DAS ENTIDADES PRIVADAS QUE DESENVOLVEM ESTE TIPO DE ENSINO.

A METODOLOGIA UTILIZADA NOS DIVERSOS CURSOS OFERECIDOS PELO PROJETO É O ENSINO PERSONALIZADO À DISTÂNCIA ONDE O CURSISTA RECEBE OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS E ESTUDA SEGUNDO O SEU RITMO DE APRENDIZAGEM E DISPONIBILIDADE DE TEMPO.

OS ASSUNTOS DE MAIOR INTERESSE SÃO DISCUTIDOS COM OS COLEGAS EM REUNIÕES PROMOVIDAS PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO EM CADA UMA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

AS AVALIAÇÕES SÃO REALIZADAS À DISTÂNCIA EM CARÁTER FORMATIVO E AO FINAL DE DETERMINADO PERÍODO PROCEDE-SE A UMA AVALIAÇÃO SOMATIVA SOBRE CONTEÚDOS OFERECIDOS.

PROGRAMAÇÃO:

SÃO QUATRO AS METAS DO PROJETO 9.4:

META 01

a - CURSOS DE SUPRIMENTO PARA DOCENTES DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO, VISANDO A ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS

TOS EM DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM;

b - ATUALIZAÇÃO DE PROFESSORES PARA O 1º GRAU NAS
TRÊS ÁREAS DE ESTUDO:

: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

: ESTUDOS SOCIAIS

: CIÊNCIAS.

c - INSTRUÇÃO PERSONALIZADA - VISA AO TREINAMENTO
DE DOCENTES EM TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE INS
TRUMENTOS DE INSTRUÇÃO PERSONALIZADA;

d - MACROPLANEJAMENTO;

e - ELEMENTOS BÁSICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA;

f - PREPARAÇÃO DE MONITORES PARA CURSOS PELO RÁDIO.

META 02

OS CURSOS OFERECIDOS NESTA META VISAM PREPARAR PES
SOAL TÉCNICO PARA ATUAR NAS EQUIPES-BASE DOS ÓRGÃOS DE ENSINO SU
PLETIVO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO EM:

. MACROPLANEJAMENTO

. ADMINISTRAÇÃO

. SUPERVISÃO

META 03

OS CURSOS DESTA META VISAM PREPARAR PESSOAL DE APOIO
PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DOS CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS - CES.

META 04

PREPARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO PARA IMPLANTAÇÃO DA QUA
LIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

O PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO SUPLETIVO É DESENVOLVIDO ATRAVÉS DE CONVÊNIO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E O CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DE BRASÍLIA - CETEB E ACORDO FIRMADO COM AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO.

PROJETO CONQUISTA

O PROJETO SE PROPÕE A PRODUZIR E IMPLEMENTAR EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, UM CURSO SUPLETIVO, VIA TV, CORRESPONDENTE ÀS QUATRO ÚLTIMAS SÉRIES DO 1º GRAU, PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NÃO ESCOLARIZADA NA IDADE PRÓPRIA.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

- OS MATERIAIS INSTRUCCIONAIS SE CONSTITUEM EM PROGRAMAS DE TV, EM FORMATO DE NOVELA E LIVRO DE ACOMPANHAMENTO QUE UTILIZA TÉCNICAS DE INSTRUÇÃO PERSONALIZADA;

- DESENVOLVEU-SE NOVA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO INSTRUCCIONAL, UTILIZANDO O ENFOQUE SISTÊMICO E QUE PROPÕE O EMPREGO DE ESTRATÉGIAS INSTRUCCIONAIS ADEQUADAS À NATUREZA DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS E ÀS CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA;

- DESENVOLVERAM-SE INSTRUMENTAIS PARA AVALIAÇÃO FORMATIVA E SOMATIVA DE MATERIAIS E ALUNOS.

CLIENTELA:

A CLIENTELA POTENCIAL DO CURSO É CONSTITUÍDA POR TODOS AQUELES QUE POSSAM SER ALCANÇADOS PELA TELEVISÃO, ESPECIFICAMENTE ADOLESCENTES COM MAIS DE 14 ANOS E ADULTOS COM ESCOLARIZAÇÃO DE 1º GRAU INCOMPLETA, EGRESSOS DO MOBRAL, DO CURSO JOÃO DA

SILVA, DO PROJETO MINERVA E DE OUTROS CURSOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO.

ENTIDADES ENVOLVIDAS:

COORDENAÇÃO E FINANCIAMENTO - DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

PRODUÇÃO - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRA DE TV EDUCATIVA.

SUPERVISÃO - PROGRAMA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO.

IMPLANTAÇÃO - DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO, PROGRAMA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRA DE TV EDUCATIVA.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DE ACOMPANHAMENTO - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR.

CURRÍCULO:

O CURRÍCULO APRESENTA O NÚCLEO COMUM OBRIGATÓRIO EM ÂMBITO NACIONAL, ASSIM COMO UMA PARTE DIVERSIFICADA.

ATENDENDO AO ARTIGO 5º DA LEI Nº 5692/71 AS MATÉRIAS SÃO TRATADAS SOB A FORMA DE ÁREAS DE ESTUDOS, GUARDANDO ENTRE SI A DEVIDA INTEGRAÇÃO.

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TEM A PREOCUPAÇÃO, TAMBÉM, DA INICIAÇÃO PARA O TRABALHO. QUANTO AOS ASPECTOS REFERENTES À EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E EDUCAÇÃO FÍSICA, ESTES NÃO SÃO TRATADOS INSTRUCIONALMENTE E SIM COMO MOTIVAÇÃO DENTRO DO PRÓPRIO CONTEXTO DA NOVELA.

IMPLANTAÇÃO:

SERÁ FEITA EM CIRCUITO ABERTO DE TV ATRAVÉS DE RECEPTÕES ORGANIZADA, DOMICILIAR E LIVRE .

NA RECEPÇÃO ORGANIZADA OS ALUNOS FREQUENTAM TELEPOS -

TOS, ONDE ASSISTEM AOS PROGRAMAS DE TV E REALIZAM AS ATIVIDADES DO LIVRO DE ACOMPANHAMENTO, CONTANDO COM A PRESENÇA DO MONITOR.

NA RECEPÇÃO DOMICILIAR OS ALUNOS SE MATRICULAM NOS TELEPOSTOS MAS ASSISTEM AOS PROGRAMAS DE TV E REALIZAM AS ATIVIDADES DO LIVRO DE ACOMPANHAMENTO EM CASA. O ALUNO PODERÁ VERIFICAR O SEU RENDIMENTO REALIZANDO PROVAS NOS TELEPOSTOS, CENTROS DE ESTUDOS SUPLETIVOS OU OUTRO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

NA RECEPÇÃO LIVRE OS ALUNOS ASSISTIRÃO AOS PROGRAMAS DE TV E REALIZARÃO AS ATIVIDADES DO LIVRO DE ACOMPANHAMENTO EM CASA, E NÃO SERÃO MATRICULADOS NOS TELEPOSTOS, ENTRETANTO, PODERÃO FAZER OS EXAMES SUPLETIVOS OFERECIDOS PELAS SECRETARIAS, CASO TENHAM A IDADE EXIGIDA.

AVALIAÇÃO:

A AVALIAÇÃO DO ALUNO PARA ATRIBUIÇÃO DE CERTIFICADOS PODERÁ OCORRER DENTRO OU FORA DO PROCESSO, DEPENDENDO DA DECISÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO.

AOS ALUNOS DA RECEPÇÃO DOMICILIAR E LIVRE SERÁ GARANTIDO O DIREITO DE PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO QUE VIER A SER DETERMINADA PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO APÓS AUTORIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM OS ALUNOS DA RECEPÇÃO ORGANIZADA.

ALÉM DESTES PROJETOS, O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO E ÓRGÃOS VINCULADOS OU SUPERVISIONADOS OFERECE DIVERSAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS AS QUAIS JULGAMOS OPORTUNO AQUI RELATAR:

- EDUCAÇÃO GERAL E FORMAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DE CURSOS E EXAMES SUPLETIVOS;
- PROJETO MINERVA OFERECENDO CURSO DE EDUCAÇÃO GERAL PARA AS QUATRO ÚLTIMAS SÉRIES DO 1º GRAU;

- PROJETO JOÃO DA SILVA - PROGRAMA A NÍVEL DE 1º GRAU, ABRANGENDO AS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES POR MEIO DA TELEVISÃO EDUCATIVA;
- MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL, DE SE^{DE}SENVOLVENDO UM AMPLO PROGRAMA ONDE SE DESTACAM;

- . ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL;
- . EDUCAÇÃO INTEGRADA;
- . PROFISSIONALIZAÇÃO;
- . EDUCAÇÃO SANITÁRIA;
- . AÇÃO COMUNITÁRIA;
- . AÇÃO CULTURAL;
- . ESPORTE PARA TODOS.

FINALIZANDO AGRADEÇO AOS DIRETORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO JACOBINA A OPORTUNIDADE CONCEDIDA AO DEPARTAMENTO DE ENSINO NO SUPLETIVO DO MEC DE EXPOR PARA TODOS AS SENHORAS E SENHORES PRESENTES, O QUE É E O QUE FAZ O DSU EM TERMOS DE ENSINO SUPLETIVO NO PAÍS.

DSU/MEC, 04 de julho de 1978.

ANTONIO FONTES FREITAS